

"Avaliação" de Desempenho?

Somos todos competentes para lutar pelos nossos direitos!

A avaliação de desempenho é mais um expediente utilizado pelas companhias para procurar condicionar os trabalhadores. A generalidade destes processos não tem qualquer intenção de avaliação ou de aperfeiçoamento das capacidades dos trabalhadores. São utilizados para impor ritmos frenéticos de trabalho, objectivos inatingíveis, para fomentar a divisão e competição, desincentivando a solidariedade entre colegas.

Não é por acaso que o Governo PSD/CDS-PP introduziu a avaliação de desempenho como critério para despedimento e que os sindicatos da UGT definiram a sua obrigatoriedade no CCT 2012.

O que seria preciso, na visão do patronato, para obter uma excelente avaliação? Aumentar o horário e ritmo de trabalho, dar graxa ao cágado, tentar ser melhor do que o parceiro do lado, sermos submissos.

Qual é o resultado concreto para a generalidade dos trabalhadores? Zero de aumento de ordenado há uma série de anos, tentativa de imposição de um contrato colectivo de trabalho sem perspectivas de carreira profissional. Estar sempre disponível, sempre descartável. Sempre com medo do futuro.

Esta artimanha serve para travar a revolta que sentimos e que esta se concretize em luta pela mudança. A avaliação de desempenho só faz sentido se for orientada para a melhoria da formação profissional dos trabalhadores, das suas condições e ferramentas de trabalho. E não como instrumento para condicionar o usufruto de direitos.

Estamos, como sempre estivemos, na luta contra qualquer limitação ao exercício de direitos, liberdades e garantias, sejam quais forem as formas com que se apresentem.

Despedimento colectivo ilegal na AXA

A Administração da Axa violou a lei no despedimento colectivo que está a promover de 67 trabalhadores.

A Administração não ouviu, previamente, a Comissão de Trabalhadores e faz lockout ao encerrar locais de trabalho ou obstar, unilateralmente, a prestação de trabalho. Ou seja, antes de negociar, já despediu os trabalhadores, em violação inequívoca do Código de Trabalho.

O PCP saúda a manifestação de solidariedade realizada no dia 10 de Abril, no Porto e em Lisboa, convocada pelo SINAPSA. A luta deve continuar até que este processo (ilegal) de despedimento colectivo seja pura e simplesmente cancelado e sejam assegurados aos trabalhadores visados o seu regresso aos locais de trabalho. A AXA deve estabelecer o diálogo com os trabalhadores e com as suas estruturas representativas, negociando, exclusivamente, com aqueles que assim o desejarem.

Esta atitude da AXA só pode ser compreendida, num contexto em que o grande patronato julga poder espezinhar os direitos dos trabalhadores, escudado num Governo e Presidente da República que se encontram ao seu serviço. O PCP, como sempre, toma partido e está solidário com todos os trabalhadores afectados por esta ilegalidade e no passado dia 14 de Abril, o seu Grupo Parlamentar enviou uma pergunta ao Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social para saber que medidas irá tomar o Governo face a esta ilegalidade (disponível para consulta em lisboa.pcp.pt).

A precariedade, os baixos salários e o desemprego fazem dos trabalhadores propriedade da caridade

A precariedade é um reflexo das sucessivas alterações às leis laborais, em que os trabalhadores se encontram numa relação cada vez mais desfavorável em relação ao patronato. Uma estratégia política, que tem como objectivo a defesa dos interesses do grande capital.

Despedir tornou-se mais fácil. Contratar tornou-se mais barato. A gestão cuidada desta ambivalência por parte da política de direita proporciona lucros obscenos para as grandes empresas, os seus accionistas e quadro directivo. Os trabalhadores, esses, esforçam-se diariamente para manter o seu posto de trabalho e criar a riqueza que fica para outros.

A precariedade e o desemprego são utilizados como armas de arremesso. A política de direita consolida a estratégia de fortes restrições ao nível de todas as formas de apoio social, fomentando em alternativa o aparecimento de projectos de caridade despidoradamente denominados - solidariedade social.

Surgem então diversas instituições que beneficiam da subsidiação directa do estado e da «responsabilidade social» das empresas.



Em tempos de grave agravamento das condições de vida de quem trabalha, a caridade emerge como a única saída. São trabalhadores espoliados dos seus direitos, que encontram num prato de sopa e numa peça de fruta o único meio para a sobrevivência.

Combater a demagogia, a mentira, definir de forma exacta os responsáveis pelo actual estado do país, os sucessivos governos PS/PSD/CDS-PP, é uma tarefa que cabe a todos nós.

A luta contra a precariedade não é uma opção. É uma obrigação de todos os democratas e patriotas.

A Inês foi aos Recursos Humanos

- É verdade que não serei promovida este ano?
- Sim. Será o Simão.
- Falo da minha situação. Não sou competente?
- Competência é com o contrato de 2008. Como você e o Simão tiveram resultados semelhantes na Avaliação de Desempenho, o que conta a seguir, segundo o contrato de 2012, é a formação profissional de iniciativa da empresa.
- Mas eu sou licenciada e até tenho uma pós graduação.
- Veja lá que no call-center temos vários doutorados.
- Tantos anos de dedicação e é assim que me tratam?
- No contrato de 2008 é que a seguir à competência estão as antiguidades. Mas olhe, nos despedimentos por extinção do posto de trabalho, as habilitações académicas já contam, a par da formação profissional, como segundo critério.

- Mas vai haver despedimentos?!
- Até ver não, mas nunca se sabe com a crise que anda por aí. Os critérios do contrato de 2012 é que são muito parecidos com os da lei dos despedimentos publicados em 2014.
- Ah! Está a dizer, para me alegrar, que se houver despedimentos não serei eu a ser despedida. Não é conforto nenhum, não convivo bem com o mal dos outros.
- Calma, depende. Contando as habilitações académicas e a formação profissional lado a lado, o critério seguinte é o maior custo dos vínculos laborais à empresa.
- Parece que a empresa tem a vida muito facilitada para gerir os seus «recursos» humanos. Pelo contrário, a minha vida está muito difícil de gerir com os «recursos» que ganho ao final do mês.

A poucos dias do 25 de Abril de 1974, o fascismo proibiu colóquio no sindicato sobre "Os salários e o custo de vida"

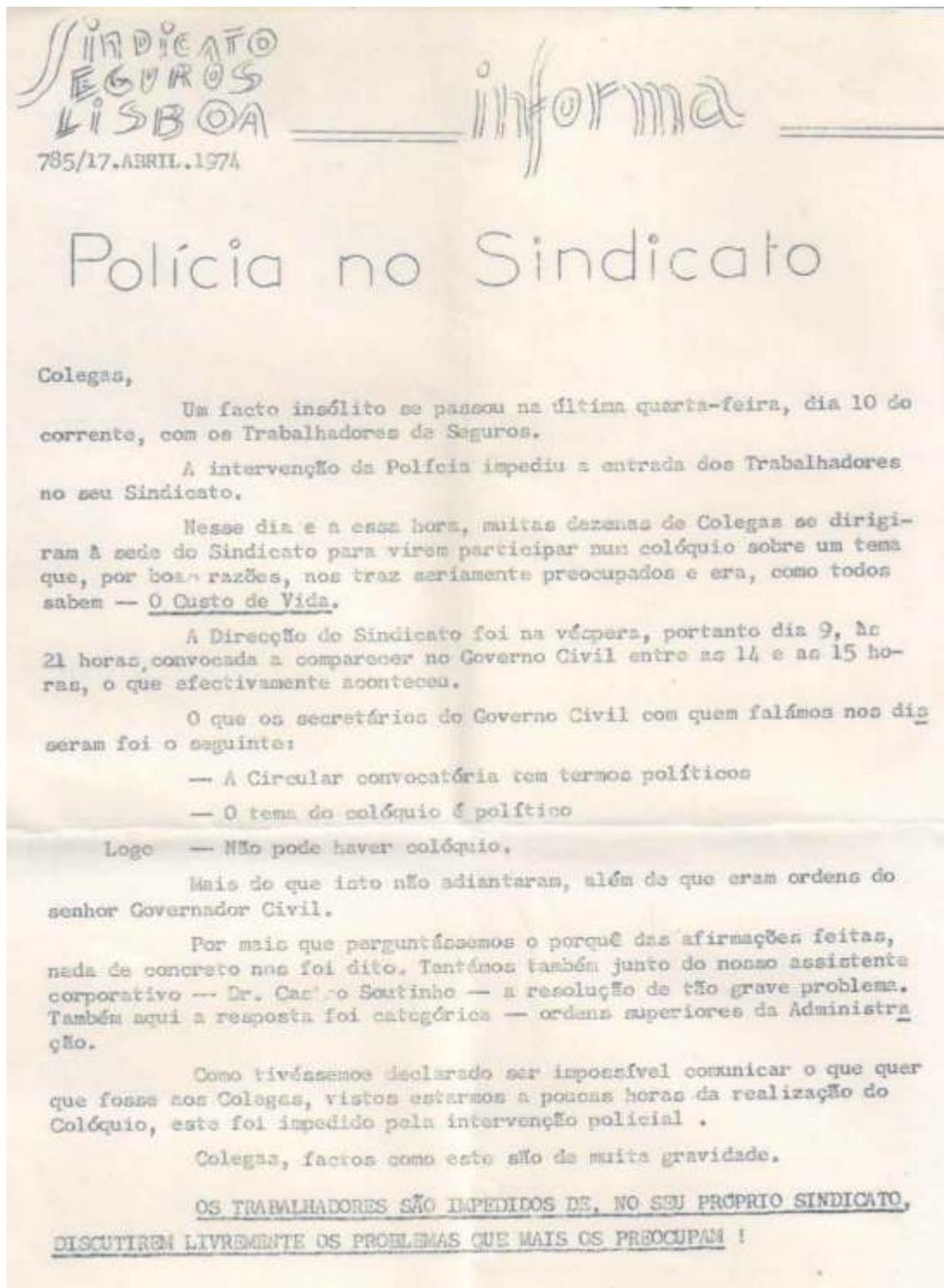
A poucos dias do 25 de Abril, a polícia de choque impediu a realização de um colóquio no sindicato sobre "Os salários e o custo de vida". Na ditadura dos grandes grupos económico-financeiros não havia liberdades democráticas.

A luta dos trabalhadores de seguros desenvolvia-se à volta de problemas concretos e imediatos, em parte, plenamente actuais: abolição da legislação que dilatara os prazos das revisões salariais e da contratação colectiva, luta contra o custo de vida, fixação de uma retribuição mínima para os trabalhadores mais desprotegidos.

Numa realidade muito diferente, com garantias constitucionais democráticas, são hoje usados meios mais subtis para afastar os trabalhadores do sindicato e evitar a discussão colectiva dos seus problemas.

Quem trabalha não tem outro caminho senão o de reforçar a sua unidade nos locais de trabalho e no sindicato. Não há força que possa impedir os trabalhadores de resolverem, por si, os seus problemas. Mas para isso é necessário ir à raiz.

Ontem no fascismo, como hoje, a batalha é a mesma: o trabalho contra o capital.



Documento do Sindicato de Seguros de Lisboa de 17 de Abril de 1974

"Juntem-se à CDU, sejam parte activa desta corrente de exigência de mudança, de alternativa, de futuro»

Excertos da Intervenção de Jerónimo de Sousa, Secretário-Geral do PCP, Lisboa no dia 23 de Março

Pelo seu percurso e acção, a CDU é a força que dá segurança e garantia de uma política de verdade, sempre presente e solidária com a luta em defesa dos direitos e aspirações das populações, dos trabalhadores e do povo, sempre presente na defesa e afirmação do interesse e soberania nacionais.

São cada vez mais os que se indignam perante a acção de um governo e de uma política que, subordinados aos interesses dos grupos monopolistas e suportados nos Programas de Estabilidade e Crescimento, nos PEC e no Pacto de Agressão de PS, PSD e CDS, sob a alçada da União Europeia e do FMI, têm arrastado o País e o povo português para o empobrecimento.

São cada vez mais os que, para lá da propaganda do governo para construir uma realidade que não existe, reconhecem que o rumo de exploração, de liquidação de direitos e de retrocesso social está a destruir a vida de milhões de portugueses, mergulhou Portugal no maior período de recessão e estagnação económica das últimas décadas, destruiu a capacidade produtiva e delapidou recursos nacionais, atirando o País para a dependência e submissão.

São cada vez mais os que aspiram a ver pelas costas, de uma vez por todas, um governo que, sabendo-se derrotado e enredado na multiplicação de escândalos, recorre a todos as mentiras e intensifica a agenda de destruição de direitos nos meses que lhe restam. Mas são também mais aqueles que ganham consciência de que a solução dos problemas nacionais tem de ser encontrada fora do ciclo de rotativismo e alternância, e os que querem interrompida e derrotada a política de direita que PSD, CDS e PS vêm impondo há 38 anos.

São cada vez mais os que rejeitam o fatalismo a que querem condenar o País, que reconhecem na CDU uma força com proposta

e soluções para retirar Portugal do atoleiro a que a política de direita o conduziu, e que sabem que há outra política, uma política alternativa patriótica e de esquerda capaz de defender a dignidade nacional, respeitar os direitos e elevar as condições de vida do povo português.

São cada vez mais os que sabem ser possível um outro caminho e um outro rumo para Portugal, e que está nas mãos dos trabalhadores e do povo abrir espaço para a construção de uma alternativa política.

6 Junho • 14h30

Lisboa • Marquês de Pombal ► Restauradores



**MARCHA
NACIONAL
A FORÇA
DO POVO**

TODOS À RUA
por um Portugal com futuro

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



DEP/PCP 2016

TOMA PARTIDO, JUNTA A TUA À NOSSA VOZ!

Adere ao PCP. Contacta-nos,

E-mail: seguros.dorl.pcp@gmail.com; Endereço: Avenida da Liberdade, n.170, 1250-144 Lisboa

